

15^a
EDIÇÃO
2020

ORGANIZAÇÃO:
Luis Paulo Sirvinskas

Constituição Federal + Legislação

Maxiletra LETRAS
GRANDES

Legislação
de Direito
Ambiental

 EDITORA
RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.

Expediente

| | |
|----------------------|-------------------------------------|
| Fundador | Italo Amadio (<i>in memoriam</i>) |
| Diretora Editorial | Katia Amadio |
| Editor-Chefe | Adão Pavoni |
| Equipe Técnica | Fabiana Caporrino Thaís Sampaio |
| Assistente Editorial | Mônica Ibiapino |
| Projeto Gráfico | Sergio A. Pereira |
| Revisão | Equipe Rideel |
| Diagramação | Sheila Fahl/Projeto e Imagem |
| Impressão | Gráfica e Editora Santuário |

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Brasil

[Leis etc.]

Legislação de direito ambiental / Luis Paulo Sirvinskas, organização. – 15. ed. –
São Paulo : Rideel, 2020.
984 p. (Maxiletra)

Inclui: Constituição Federal.
ISBN 978-85-339-5861-6

1. Direito ambiental – Legislação – Brasil I. Sirvinskas, Luis Paulo. II. Título.
III. Série.

19-2925 CDD 344.81046
CDU 34:502.7(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil – Legislação – Direito ambiental

Edição Atualizada até 8-1-2020

© Copyright – Todos os direitos reservados à



Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP
e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 1 2 0

ÍNDICE GERAL DA OBRA

| | |
|---|-------------|
| Apresentação | VII |
| Lista de Abreviaturas..... | VIII |
| Índice Cronológico da Legislação por Tipo de Ato Normativo..... | IX |
| Constituição Federal | |
| • Índice Sistemático da Constituição da República Federativa do Brasil..... | 3 |
| • Constituição da República Federativa do Brasil..... | 7 |
| • Ato das Disposições Constitucionais Transitórias | 148 |
| • Índice Alfabético-Remissivo da Constituição da República Federativa do Brasil, de suas Disposições Transitórias e Emendas Constitucionais | 181 |
| Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro..... | 213 |
| Legislação Ambiental | 221 |
| Súmulas | |
| • Vinculantes do Supremo Tribunal Federal..... | 953 |
| • Supremo Tribunal Federal..... | 957 |
| • Tribunal Federal de Recursos..... | 958 |
| • Superior Tribunal de Justiça | 959 |
| Índice por Assuntos da Legislação Ambiental e Súmulas..... | 965 |

APRESENTAÇÃO

A Editora Rideel, empresa nacionalmente reconhecida por sua destacada atuação e pioneirismo na área de publicação de legislação, vem mais uma vez revolucionar o mercado editorial com a **Coleção de Legislação Maxiletra 2020**.

Baseada nas já renomadas e consagradas edições de sua coleção de legislação, obras que são ininterruptamente editadas desde a década de 1990, a Rideel criou um novo e moderno projeto gráfico que traz a **letra 50% maior** do que a edição anterior. Além do aumento no tamanho da letra, **a fonte também foi trocada e está mais legível e o espaço entre letras e entre parágrafos também foi aumentado**.

A **Coleção Maxiletra 2020 abrange os mais diversos ramos do Direito e é composta por 16 títulos**:
• Constituição Federal • Código Civil • Código Comercial • Código de Processo Civil • Código Penal • Código de Processo Penal • Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar • Código de Defesa do Consumidor • Código Tributário Nacional • Código Eleitoral • Código de Trânsito Brasileiro • Consolidação das Leis do Trabalho • Legislação de Direito Previdenciário • Legislação de Direito Administrativo • Legislação de Direito Ambiental • Legislação de Direito Internacional.

O projeto gráfico e a organização conjugam praticidade e comodidade e os **diversos facilitadores de consulta** continuam sendo um diferencial das obras, apreciados pelos operadores, professores e acadêmicos do Direito, a saber:

- Índice Cronológico Geral, contendo todos os diplomas legais publicados na obra;
- Notas remissivas a outros artigos, diplomas legais e súmulas;
- Índices Sistemático e Alfabético-Remissivo para cada Código;
- Índices por assuntos da legislação extravagante;
- Atualizações de 2019 e 2020 em destaque;
- Tarjas laterais identificativas das seções; e
- Indicação do número dos artigos no cabeçalho dos Códigos e do número das leis no cabeçalho da legislação.

Todos os diplomas legais estão **rigorosamente atualizados até a data indicada na página IV** dos livros, e a Rideel oferece, gratuitamente, as atualizações publicadas até 31 de outubro de 2020, em seu *site* www.apprideel.com.br. Para ter acesso basta se cadastrar.

Esta Editora, sempre empenhada em oferecer o melhor produto, continua seguindo seus objetivos de constante aprimoramento e atualização, mantendo-se sempre receptiva às críticas e às sugestões que podem ser feitas pelo *e-mail*: sac@rideel.com.br

O Editor

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS NAS NOTAS

| | | | |
|-----------------|--|-------------------|--|
| ADCT | Ato das Disposições Constitucionais Transitórias | EC | Emenda Constitucional |
| ADECON | Ação Declaratória de Constitucionalidade | ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| ADIN | Ação Direta de Inconstitucionalidade | ECR | Emenda Constitucional de Revisão |
| Art. | Artigo | ER | Emenda Regimental |
| Arts. | Artigos | IN | Instrução Normativa |
| CADE | Conselho Administrativo de Defesa Econômica | LC | Lei Complementar |
| c/c | combinado com | LCP | Lei das Contravenções Penais |
| CC/1916 | Código Civil de 1916 | LEP | Lei de Execução Penal |
| CC/2002 | Código Civil de 2002 | LINDB | Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Dec.-Lei nº 4.657, de 4-9-1942) |
| CCom. | Código Comercial | MP | Medida Provisória |
| CDC | Código de Defesa do Consumidor | OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| CE | Código Eleitoral | Port. | Portaria |
| CEF | Caixa Econômica Federal | Res. | Resolução |
| CF | Constituição Federal de 1988 | Res. Adm. | Resolução Administrativa |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho | Res. Norm. | Resolução Normativa |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente | RFB | Secretaria da Receita Federal do Brasil |
| CONTRAN | Conselho Nacional de Trânsito | RISTF | Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal |
| CP | Código Penal | RISTJ | Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça |
| CPC/1973 | Código de Processo Civil de 1973 | SDE | Secretaria de Direito Econômico |
| CPC/2015 | Código de Processo Civil de 2015 | SEAE | Secretaria de Acompanhamento Econômico |
| CPM | Código Penal Militar | SECEX | Secretaria de Comércio Exterior |
| CPP | Código de Processo Penal | STF | Supremo Tribunal Federal |
| CPPM | Código de Processo Penal Militar | STJ | Superior Tribunal de Justiça |
| CTB | Código de Trânsito Brasileiro | STM | Superior Tribunal Militar |
| CTN | Código Tributário Nacional | Súm. | Súmula |
| CTVV | Convenção de Trânsito Viário de Viena | TFR | Tribunal Federal de Recursos |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários | TRF | Tribunal Regional Federal |
| Dec. | Decreto | TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| Dec.-lei | Decreto-lei | TST | Tribunal Superior do Trabalho |
| Del. | Deliberação | | |
| DOU | Diário Oficial da União | | |

Índice Cronológico da Legislação por Tipo de Ato Normativo

Lei Complementar

- 140, de 8 de dezembro de 2011 – Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 828

Decretos-Leis

- 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional 241
- 58, de 10 de dezembro de 1937 – Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações..... 244
- 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública 249
- 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro 213
- 221, de 28 de fevereiro de 1967 – Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências 271
- 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) 273
- 1.413, de 14 de agosto de 1975 – Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais..... 291

Leis

- 3.924, de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos..... 255
- 4.118, de 27 de agosto de 1962 – Dispõe sobre a Política Nacional de Energia Nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências 259
- 4.717, de 29 de junho de 1965 – Regula a ação popular 263
- 5.197, de 3 de janeiro de 1967 – Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.. 267
- 6.453, de 17 de outubro de 1977 – Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências..... 291
- 6.513, de 20 de dezembro de 1977 – Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências..... 294
- 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências..... 299
- 6.803, de 2 de julho de 1980 – Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências 313
- 6.894, de 16 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimuladores ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências 315
- 6.902, de 27 de abril de 1981 – Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências 317
- 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências..... 318



- 7.173, de 14 de dezembro de 1983 – Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências 328
- 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências 329
- 7.365, de 13 de setembro de 1985 – Dispõe sobre a fabricação de detergentes não biodegradáveis 333
- 7.643, de 18 de dezembro de 1987 – Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências 336
- 7.661, de 16 de maio de 1988 – Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências 336
- 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 – Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências 338
- 7.797, de 10 de julho de 1989 – Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências 339
- 7.802, de 11 de julho de 1989 – Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências 340
- 7.805, de 18 de julho de 1989 – Altera o Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências 345
- 7.886, de 20 de novembro de 1989 – Regulamenta o art. 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências 348
- 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Excertos) 369
- 8.171, de 17 de janeiro de 1991 – Dispõe sobre a política agrícola 374
- 8.429, de 2 de junho de 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências 387
- 8.723, de 28 de outubro de 1993 – Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências 394
- 9.055, de 1º de junho de 1995 – Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências 398
- 9.294, de 15 de julho de 1996 – Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal 399
- 9.433, de 8 de janeiro de 1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 403
- 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro (Excertos) 418
- 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Estabelece normas para as eleições (Excertos) 421
- 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências 429



- 9.795, de 27 de abril de 1999 – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências 443
- 9.966, de 28 de abril de 2000 – Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências..... 447
- 9.984, de 17 de julho de 2000 – Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências 454
- 9.985, de 18 de julho de 2000 – Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências..... 461
- 10.257, de 10 de julho de 2001 – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências..... 473
- 10.308, de 20 de novembro de 2001 – Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências 487
- 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Institui o Código Civil (Excertos)..... 511
- 10.519, de 17 de julho de 2002 – Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências 541
- 10.603, de 17 de dezembro de 2002 – Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências 572
- 10.650, de 16 de abril de 2003 – Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA..... 574
- 10.831, de 23 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências 575
- 10.881, de 9 de junho de 2004 – Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências..... 577
- 11.105, de 24 de março de 2005 – Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências..... 604
- 11.284, de 2 de março de 2006 – Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências..... 646
- 11.380, de 1º de dezembro de 2006 – Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras e dá outras providências..... 678
- 11.428, de 22 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências 680
- 11.445, de 5 de janeiro de 2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências 687

- 11.460, de 21 de março de 2007 – Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências 700
- 11.685, de 2 de junho de 2008 – Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências 702
- 11.794, de 8 de outubro de 2008 – Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências 732
- 11.959, de 29 de junho de 2009 – Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências 749
- 12.187, de 29 de dezembro de 2009 – Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências 798
- 12.305, de 2 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências..... 803
- 12.408, de 25 de maio de 2011 – Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos..... 828
- 12.651, de 25 de maio de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências..... 834
- 12.725, de 16 de outubro de 2012 – Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos 860
- 12.731, de 21 de novembro de 2012 – Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980..... 868
- 12.854, de 26 de agosto de 2013 – Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica 871
- 13.089, de 12 de janeiro de 2015 – Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências 892
- 13.123, de 20 de maio de 2015 – Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências..... 896
- 13.300, de 23 de junho de 2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências..... 941
- 13.493, de 17 de outubro de 2017 – Estabelece o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado o patrimônio ecológico nacional 944

Medida Provisória

- 2.220, de 4 de setembro de 2001 – Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do artigo 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências 485

Decretos

| | |
|---|-----|
| • 24.643, de 10 de julho de 1934 – Decreta o Código de Águas..... | 221 |
| • 98.973, de 21 de fevereiro de 1990 – Aprova o Regulamento do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos, e dá outras providências | 349 |
| • 99.274, de 6 de junho de 1990 – Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências..... | 357 |
| • 2.210, de 22 de abril de 1997 – Regulamenta o Decreto-lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, que instituiu o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON, e dá outras providências..... | 412 |
| • 4.074, de 4 de janeiro de 2002 – Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências | 490 |
| • 4.136, de 20 de fevereiro de 2002 – Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências..... | 514 |
| • 4.281, de 25 de junho de 2002 – Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências..... | 531 |
| • 4.297, de 10 de julho de 2002 – Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências | 536 |
| • 4.339, de 22 de agosto de 2002 – Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade..... | 542 |
| • 4.340, de 22 de agosto de 2002 – Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências..... | 563 |
| • 5.300, de 7 de dezembro de 2004 – Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências | 579 |
| • 5.440, de 4 de maio de 2005 – Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano..... | 613 |
| • 5.445, de 12 de maio de 2005 – Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima | 617 |
| • 5.591, de 22 de novembro de 2005 – Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição, e dá outras providências | 631 |
| • 5.790, de 25 de maio de 2006 – Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades – CONCIDADES, e dá outras providências | 674 |
| • 6.514, de 22 de julho de 2008 – Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências | 704 |

- 6.660, de 21 de novembro de 2008 – Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica 737
- 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 756
- 7.008, de 12 de novembro de 2009 – Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências 785
- 7.830, de 17 de outubro de 2012 – Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências..... 863
- 8.127, de 22 de outubro de 2013 – Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências 872
- 8.235, de 5 de maio de 2014 – Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências 884
- 8.772, de 11 de maio de 2016 – Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade 910
- 8.972, de 23 de janeiro de 2017 – Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa 943
- 9.492, de 5 de setembro de 2018 – Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União 945

Resoluções do CONAMA

- 1, de 23 de janeiro de 1986 – Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental 333
- 1, de 8 de março de 1990 – Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política 356
- 3, de 28 de junho de 1990 – Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR... 365
- 8, de 6 de dezembro de 1990 – Dispõe sobre o estabelecimento de limites máximos de emissão de poluentes no ar para processos de combustão externa de fontes fixas de poluição .. 372
- 20, de 7 de dezembro de 1994 – Dispõe sobre a instituição do Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento 397
- 237, de 19 de dezembro de 1997 – Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental 422
- 302, de 20 de março de 2002 – Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno 526
- 303, de 20 de março de 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente 528

| | |
|---|-----|
| • 306, de 5 de julho de 2002 – Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais | 533 |
| • 357, de 17 de março de 2005 – Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências | 589 |
| • 369, de 28 de março de 2006 – Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP | 667 |
| • 377, de 9 de outubro de 2006 – Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário | 676 |
| • 394, de 6 de novembro de 2007 – Estabelece os critérios para a determinação de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação | 701 |
| • 414, de 24 de setembro de 2009 – Altera a Resolução nº 18, de 6 de maio de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e reestrutura a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE – CAP, em seus objetivos, competência, composição e funcionamento | 775 |
| • 415, de 24 de setembro de 2009 – Dispõe sobre nova fase (PROCONVE L6) de exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE para veículos automotores leves novos de uso rodoviário e dá outras providências..... | 777 |
| • 416, de 30 de setembro de 2009 – Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências | 782 |
| • 420, de 28 de dezembro de 2009 – Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas | 787 |
| • 425, de 25 de maio de 2010 – Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado .. | 802 |
| • 429, de 28 de fevereiro de 2011 – Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs | 818 |
| • 430, de 13 de maio de 2011 – Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA | 821 |
| • 457, de 25 de junho de 2013 – Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências | 868 |
| • 463, de 29 de julho de 2014 – Dispõe sobre o controle ambiental de produtos destinados à remediação | 883 |
| • 465, de 5 de dezembro de 2014 – Dispõe sobre os requisitos e critérios técnicos mínimos necessários para o licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos | 887 |

Constituição Federal

Índice Sistemático da Constituição da República Federativa do Brasil

PREÂMBULO

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

| | |
|---------------------|---|
| Arts. 1º a 4º | 7 |
|---------------------|---|

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

| | |
|--|----|
| Arts. 5º a 17 | 9 |
| Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º..... | 9 |
| Capítulo II – Dos direitos sociais – arts. 6º a 11 | 18 |
| Capítulo III – Da nacionalidade – arts. 12 e 13 | 24 |
| Capítulo IV – Dos direitos políticos – arts. 14 a 16 | 26 |
| Capítulo V – Dos partidos políticos – art. 17..... | 27 |

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

| | |
|--|----|
| Arts. 18 a 43 | 28 |
| Capítulo I – Da organização político-administrativa – arts. 18 e 19..... | 28 |
| Capítulo II – Da União – arts. 20 a 24 | 28 |
| Capítulo III – Dos Estados federados – arts. 25 a 28..... | 38 |
| Capítulo IV – Dos Municípios – arts. 29 a 31 | 39 |
| Capítulo V – Do Distrito Federal e dos Territórios – arts. 32 e 33..... | 42 |
| Seção I – Do Distrito Federal – art. 32 | 42 |
| Seção II – Dos Territórios – art. 33 | 42 |
| Capítulo VI – Da intervenção – arts. 34 a 36..... | 43 |
| Capítulo VII – Da administração pública – arts. 37 a 43..... | 44 |
| Seção I – Disposições gerais – arts. 37 e 38 | 44 |
| Seção II – Dos servidores públicos – arts. 39 a 41 | 49 |
| Seção III – Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios – art. 42 | 54 |
| Seção IV – Das regiões – art. 43 | 54 |

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

| | |
|---|----|
| Arts. 44 a 135 | 55 |
| Capítulo I – Do Poder Legislativo – arts. 44 a 75 | 55 |
| Seção I – Do Congresso Nacional – arts. 44 a 47 | 55 |
| Seção II – Das atribuições do Congresso Nacional – arts. 48 a 50 | 55 |
| Seção III – Da Câmara dos Deputados – art. 51 | 57 |
| Seção IV – Do Senado Federal – art. 52 | 57 |
| Seção V – Dos Deputados e dos Senadores – arts. 53 a 56 | 58 |
| Seção VI – Das reuniões – art. 57 | 59 |
| Seção VII – Das comissões – art. 58 | 60 |
| Seção VIII – Do processo legislativo – arts. 59 a 69 | 61 |
| Subseção I – Disposição geral – art. 59 | 61 |
| Subseção II – Da Emenda à Constituição – art. 60..... | 61 |
| Subseção III – Das leis – arts. 61 a 69 | 62 |
| Seção IX – Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária – arts. 70 a 75..... | 64 |
| Capítulo II – Do Poder Executivo – arts. 76 a 91 | 66 |
| Seção I – Do Presidente e do Vice-Presidente da República – arts. 76 a 83..... | 66 |

| | |
|--|----|
| Seção II – Das atribuições do Presidente da República – art. 84 | 67 |
| Seção III – Da responsabilidade do Presidente da República – arts. 85 e 86 | 68 |
| Seção IV – Dos Ministros de Estado – arts. 87 e 88 | 69 |
| Seção V – Do Conselho de República e do Conselho de Defesa Nacional – arts. 89 a 91 .. | 69 |
| Subseção I – Do Conselho da República – arts. 89 e 90 | 69 |
| Subseção II – Do Conselho de Defesa Nacional – art. 91 | 70 |
| Capítulo III – Do Poder Judiciário – arts. 92 a 126 | 70 |
| Seção I – Disposições gerais – arts. 92 a 100 | 70 |
| Seção II – Do Supremo Tribunal Federal – arts. 101 a 103-B | 76 |
| Seção III – Do Superior Tribunal de Justiça – arts. 104 e 105 | 80 |
| Seção IV – Dos Tribunais Regionais Federais e dos juízes federais – arts. 106 a 110 | 82 |
| Seção V – Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho – arts. 111 a 117 | 84 |
| Seção VI – Dos Tribunais e Juízes Eleitorais – arts. 118 a 121 | 86 |
| Seção VII – Dos Tribunais e Juízes Militares – arts. 122 a 124 | 87 |
| Seção VIII – Dos Tribunais e Juízes dos Estados – arts. 125 e 126 | 87 |
| Capítulo IV – Das funções essenciais à justiça – arts. 127 a 135 | 88 |
| Seção I – Do Ministério Público – arts. 127 a 130-A | 88 |
| Seção II – Da Advocacia Pública – arts. 131 e 132 | 91 |
| Seção III – Da Advocacia – art. 133 | 92 |
| Seção IV – Da Defensoria Pública – arts. 134 e 135 | 92 |

TÍTULO V

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

| | |
|---|----|
| Arts. 136 a 144 | 93 |
| Capítulo I – Do estado de defesa e do estado de sítio – arts. 136 a 141 | 93 |
| Seção I – Do estado de defesa – art. 136 | 93 |
| Seção II – Do estado de sítio – arts. 137 a 139 | 93 |
| Seção III – Disposições gerais – arts. 140 e 141 | 94 |
| Capítulo II – Das Forças Armadas – arts. 142 e 143 | 94 |
| Capítulo III – Da segurança pública – art. 144 | 94 |

TÍTULO VI

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

| | |
|--|-----|
| Arts. 145 a 169 | 97 |
| Capítulo I – Do sistema tributário nacional – arts. 145 a 162 | 97 |
| Seção I – Dos princípios gerais – arts. 145 a 149-A | 97 |
| Seção II – Das limitações do poder de tributar – arts. 150 a 152 | 99 |
| Seção III – Dos impostos da União – arts. 153 e 154 | 101 |
| Seção IV – Dos impostos dos Estados e do Distrito Federal – art. 155 | 102 |
| Seção V – Dos impostos dos Municípios – art. 156 | 105 |
| Seção VI – Da repartição das receitas tributárias – arts. 157 a 162 | 106 |
| Capítulo II – Das finanças públicas – arts. 163 a 169 | 108 |
| Seção I – Normas gerais – arts. 163 e 164 | 108 |
| Seção II – Dos orçamentos – arts. 165 a 169 | 109 |

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

| | |
|--|-----|
| Arts. 170 a 192 | 115 |
| Capítulo I – Dos princípios gerais da atividade econômica – arts. 170 a 181 | 115 |
| Capítulo II – Da política urbana – arts. 182 e 183 | 119 |
| Capítulo III – Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária – arts. 184 a 191 | 120 |
| Capítulo IV – Do sistema financeiro nacional – art. 192 | 122 |

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

| | |
|---|-----|
| Arts. 193 a 232 | 122 |
| Capítulo I – Disposição geral – art. 193 | 122 |
| Capítulo II – Da seguridade social – arts. 194 a 204 | 122 |
| Seção I – Disposições gerais – arts. 194 e 195 | 122 |
| Seção II – Da saúde – arts. 196 a 200 | 124 |
| Seção III – Da previdência social – arts. 201 e 202 | 127 |
| Seção IV – Da assistência social – arts. 203 e 204 | 130 |
| Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto – arts. 205 a 217 | 131 |
| Seção I – Da educação – arts. 205 a 214 | 131 |
| Seção II – Da cultura – arts. 215 a 216-A | 134 |
| Seção III – Do desporto – art. 217 | 136 |
| Capítulo IV – Da ciência, tecnologia e inovação – arts. 218 a 219-B | 136 |
| Capítulo V – Da comunicação social – arts. 220 a 224 | 137 |
| Capítulo VI – Do meio ambiente – art. 225 | 139 |
| Capítulo VII – Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso – arts. 226 a 230... | 141 |
| Capítulo VIII – Dos índios – arts. 231 e 232 | 144 |

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

| | |
|-----------------------|-----|
| Arts. 233 a 250 | 145 |
|-----------------------|-----|

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

| | |
|----------------------|-----|
| Arts. 1ª a 114 | 148 |
|----------------------|-----|

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

► Publicada no *DOU* nº 191-A, de 5-10-1988.

TÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

► No plebiscito realizado em 21-4-1993, disciplinado na EC nº 2, de 25-8-1992, foram mantidos a república e o presidencialismo, como forma e sistema de governo, respectivamente.

► Arts. 18, *caput*, e 60, § 4º, I e II, desta Constituição.

I – a soberania;

► Arts. 20, VI, 21, I e III, 84, VII, VIII, XIX e XX, desta Constituição.

► Arts. 36, *caput*, 237, I a III, 260 e 263 do CPC/2015.

► Arts. 780 a 790 do CPP.

► Arts. 215 a 229 do RISTF.

II – a cidadania;

► Arts. 5º, XXXIV, LIV, LXXI, LXXIII e LXXVII, e 60, § 4º, desta Constituição.

► Lei nº 9.265, de 12-2-1996, estabelece a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

► Lei nº 10.835, de 8-1-2004, institui a renda básica da cidadania.

III – a dignidade da pessoa humana;

► Arts. 5º, XLII, XLIII, XLVIII, XLIX, L, 34, VII, *b*, 226, § 7º, 227 e 230 desta Constituição.

► Art. 8º, III, da Lei nº 11.340, de 7-8-2006 (Lei que Coíbe a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher).

► Dec. nº 41.721, de 25-6-1957, promulgou a Convenção nº 29 da OIT, sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório.

► Dec. nº 58.822, de 14-7-1966, promulgou a Convenção nº 105 da OIT, sobre Abolição do Trabalho Forçado.

► Súmulas Vinculantes nºs 6, 11 e 14 do STF.

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

► Arts. 6º a 11 e 170 desta Constituição.

V – o pluralismo político.

► Art. 17 desta Constituição.

► Lei nº 9.096, de 19-9-1995 (Lei dos Partidos Políticos).

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

► Arts. 14, 27, § 4º, 29, XIII, 60, § 4º, II, e 61, § 2º, desta Constituição.

► Art. 1º da Lei nº 9.709, de 19-11-1998, que regula a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Art. 60, § 4º, III, desta Constituição.

► Súm. Vinc. nº 37 do STF.

► Súm. nº 649 do STF.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

► Art. 29, 1, *d*, do Dec. nº 99.710, de 21-11-1990, que promulga a convenção sobre os direitos das crianças.

► Art. 10, 1, do Dec. nº 591, de 6-7-1992, que promulga o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

II – garantir o desenvolvimento nacional;

► Arts. 23, parágrafo único, e 174, § 1º, desta Constituição.

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

► Arts. 23, X, e 214 desta Constituição.

► Arts. 79 a 81 do ADCT.